

**SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA
SECRETARIA DO TRIBUNAL**

PORTARIA Nº 235, DE 22 DE ABRIL DE 2004

O DIRETOR-GERAL DA SECRETARIA DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA, no uso da atribuição que lhe é conferida pelo art. 2º, do Ato 88, de 15 de abril de 2004, publicado no Diário Oficial da União de 20 subsequente, resolve:

Art. 1º Subdelegar competência ao titular da Diretoria de Recursos Humanos para a prática dos seguintes atos:

I - nomear e dar posse a titular de cargo em provimento efetivo e de cargo em comissão, níveis CJ-1 e CJ-2, designar servidor para o exercício de função comissionada, níveis FC-1 a FC-6, e respectivos substitutos, bem como baixar os atos de exoneração ou dispensa;

II - conceder a servidor as licenças previstas na Lei 8.112/90 e autorizar o exercício provisório de servidor, por motivo de acompanhamento de cônjuge ou companheiro;

III - conceder a servidor indenização, gratificação, adicional e outras vantagens previstas em Lei ou Regulamento;

IV - autorizar o afastamento de servidor para participar de evento de capacitação, no país, seja ou não custeado pelo Tribunal;

V - conceder ajuda de custo a servidor;

VI - declarar vacância de cargo, em virtude de desligamento de servidor;

VII - aprovar a escala de férias dos servidores e decidir sobre os casos excepcionais;

VIII - interromper, mediante solicitação, férias e licenças de servidor;

IX - conceder os benefícios do Plano de Seguridade Social do Servidor, compreendidos na alínea "f" do inciso I e alíneas "b" e "c" do inciso II, do art. 185 da Lei 8.112/90, bem como a Licença à Adotante;

X - elogiar servidor;

XI - aplicar, a servidor, penalidades disciplinares de advertência ou de suspensão, até trinta dias, submetendo à apreciação do Diretor-Geral os casos em que a penalidade a ser aplicada exceder esse período;

XII - cancelar registros de penalidades de advertência ou de suspensão de servidor, respeitando o limite estabelecido no inciso anterior;

XIII - determinar a instauração de sindicância e de processo administrativo disciplinar;

XIV - praticar atos referentes à realização de concurso público, tais como assinatura de editais e homologação de resultados, com vistas ao provimento de cargos efetivos do Quadro de Pessoal do Tribunal, de acordo com orientação estabelecida pelo Diretor-Geral;

XV - homologar resultado final de Gestão do Desempenho no Estágio Probatório.

Art. 2º Sempre que julgar necessário, o Diretor-Geral pode praticar os atos de que trata esta Portaria.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º [Revoga-se a Portaria 291, de 12 de junho de 2000.](#)

JOSÉ DION DE MELO TELES

